

Governo começa a pagar dívida pública em 89

Teodomiro Braga

BRASILIA — Além de não emitir novos títulos públicos, o governo vai iniciar em 1989 o pagamento da gigantesca dívida pública interna, que atualmente já passa de Cz\$ 22 trilhões, em mãos do mercado. Essa nova política, que corresponde a uma mudança radical em relação à situação atual, é um dos pontos considerados mais importantes do plano econômico em preparação pelo governo. Para evitar o assédio da imprensa, as reuniões de ontem de vários grupos de trabalho encarregados de estudar as medidas foram realizadas em local afastado da Esplanada dos Ministérios.

A intenção de resgatar parte dos títulos federais que vencem em 1989 decorre da nova meta de superávit nas finanças públicas no próximo ano, ao invés do déficit de 2% do PIB anteriormente acertado com o Fundo Monetário Internacional. A ida do Banco Central ao mercado para venda de títulos ocorrerá somente para rolagem da dívida existente. Em combinação com a diminuição do endividamento público, o saldo da balança comercial será significativamente reduzido em relação aos US\$ 20 bilhões previstos para este ano, devendo também ser fortemente contido o atual ritmo de conversões da dívida externa em investimentos.

O motivo da interferência do novo plano no comércio externo e nas conversões é porque grande parte da elevada venda de títulos públicos verificada atualmente decorre da necessidade de o Banco Central retirar de circulação parte das imensas quantidades de cruzados provenientes das trocas dos dólares das exportações ou das operações de conversão da dívida externa. O aumento da dívida pública este ano, em consequência desses fatores, tem sido excepcionalmente elevado. De Cz\$ 3,9 trilhões em janeiro, o saldo da dívida atingiu Cz\$ 19,8 trilhões em agosto passado, estimando-se que tenha superado Cz\$ 22 trilhões atualmente. Projeções do próprio governo indicam que a dívida pública interna deverá registrar um crescimento real (descontada a inflação) de 45% este ano, enquanto economistas independentes apostam num aumento ainda maior.

O abandono da meta anterior de 2% de déficit público em 1989, em favor da tentativa de obtenção de um superávit fiscal, é explicado pela mudança na estratégia de combate à inflação. Em consequência da forte reaccelera-

ção dos preços verificada nos últimos meses, a equipe econômica se viu obrigada a adotar medidas de choque para tentar evitar a hiperinflação, incluindo um ajuste nas finanças públicas bem mais violento do que se pretendia até recentemente. Dessa forma, o choque fiscal em elaboração deverá resultar não somente na eliminação do déficit como na obtenção de um pequeno superávit nas finanças públicas, de forma que o governo possa dar início ao resgate da dívida interna.

O montante da dívida a ser paga em 1989 dependerá do tamanho do superávit fiscal a ser perseguido, o que ainda não foi definido. "A simples sinalização de que o governo não irá ao mercado buscar recursos para o financiamento do seu déficit vai gerar uma expectativa bastante positiva em relação às perspectivas da inflação", comenta um importante técnico do Banco Central.

O programa econômico em discussão na equipe econômica prevê a adoção de uma política de estímulo às importações, de forma a evitar a repetição, em 1989, de outro saldo comercial na faixa de US\$ 20 bilhões. A meta para o novo superávit também não foi fixada, mas técnicos envolvidos nos estudos antecipam que deverá ficar em torno de US\$ 12 bilhões. "Não poderá ficar abaixo desse nível, pois é preciso gerar recursos para pagar os juros da dívida e aumentar as reservas internacionais do país. Mas também não será possível deixar o saldo comercial passar muito desse patamar, pois a injeção na economia de mais de US\$ 1 bilhão todo mês, proveniente do comércio exterior, impediria o governo de praticar uma política monetária mais restritiva, como está ocorrendo nesse ano", explica esse técnico.

A contenção do ritmo das conversões da dívida externa já está definida, faltando apenas se chegar a um consenso sobre a forma como isso será feito. Uma das propostas é estabelecer limites mais rigorosos para as conversões, mas há idéias mais radicais. Muitos técnicos acham que, pelo menos na etapa inicial de implantação do novo programa econômico, será necessário haver uma suspensão no processo de conversões. Com isso se evitariam novas injeções de cruzados na economia, além das liberações que o governo terá de fazer, referentes aos leilões de conversões realizados este ano. Dos US\$ 900 milhões até agora em investimentos (e portanto em cruzados) apenas US\$ 200 milhões, segundo dados do Banco Central.